

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL -  
PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA ENQUANTO  
MEIO DE ACESSO À POLÍTICA HABITACIONAL EM  
SANTA MARIA-RS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Daniele Rosa Carvalho**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2014**

**CCSH/UFSM, RS**

**CARVALHO, Daniele Rosa**

**Trabalho de Conclusão de Curso**

**2014**

**DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL - PROGRAMA  
MINHA CASA, MINHA VIDA ENQUANTO MEIO DE ACESSO À  
POLÍTICA HABITACIONAL EM SANTA MARIA-RS**

**Daniele Rosa Carvalho**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social.**

**Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Caroline Goerck**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2014**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Departamento de Serviço Social  
Curso de Serviço Social**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de  
Conclusão de Curso**

**DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL - PROGRAMA MINHA  
CASA, MINHA VIDA ENQUANTO MEIO DE ACESSO À POLÍTICA  
HABITACIONAL EM SANTA MARIA-RS**

Elaborada por  
**Daniele Rosa Carvalho**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Serviço Social**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Caroline Goerck, Dra.**  
(Presidente/Orientadora)

**Fabio Gaviraghi, Ms. (UFSM)**

Santa Maria, 25 de novembro de 2014.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.

Agradeço ao meu pai pelo incentivo e apoio durante todo o período de realização da minha graduação, e a minha querida mãezinha, que não está mais entre nós, mas que sempre me aconselhou e me amparou quando mais precisei.

Agradeço à professora orientadora Dr<sup>a</sup> Caroline pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a construção desta monografia.

Agradeço ao Professor Fábio por sua contribuição durante o processo de estágio e durante o desenvolvimento do projeto de intervenção.

Agradeço ao meu namorado Anderson, meu amor, meu companheiro, obrigada pelo carinho, pela paciência, e por sempre me incentivar a continuar.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para essa conquista.

**MUITO OBRIGADA!**

## **RESUMO**

Monografia de Conclusão de Curso em Serviço Social  
Universidade Federal de Santa Maria

### **DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL - PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA ENQUANTO MEIO DE ACESSO À POLÍTICA HABITACIONAL EM SANTA MARIA-RS**

**AUTORA: DANIELE ROSA CARVALHO**

**ORIENTADORA: PROF. DR. CAROLINE GOERCK**

Este Trabalho de Conclusão de Curso conterà o relato teórico – prático da experiência vivenciada e materializada através da execução do projeto de intervenção desenvolvido durante o Estágio II, o qual foi realizado na Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria-RS. O objetivo do projeto foi proporcionar o acesso à informação sobre o direito à moradia para a população mais vulnerável, divulgando a política habitacional e o Programa Minha Casa, Minha Vida. A política habitacional visa promover ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população, minimizando a forte expressão da questão social que é a falta de moradia, contribuindo desta forma também para o fortalecimento e empoderamento dos usuários desta política. A atuação do Serviço Social na habitação se torna importante pelo fato de que através dos conhecimentos e habilidades dos (as) assistentes sociais será garantido um trabalho de qualidade que possibilite o acesso ao direito à moradia. Ao executar o projeto de intervenção, na medida em que as informações sobre a política habitacional foram divulgadas foi possível constatar a necessidade da integração da política de habitação com as demais políticas sociais. Vislumbraram-se possibilidades e estratégias de efetivação da política habitacional que possibilita o acesso à moradia, superando os desafios encontrados, objetivando através disto uma política social eficaz e integradora.

**Palavras-chave:** Política habitacional. Questão social. Serviço Social.

## **ABSTRACT**

Monografia Completion of course in Social Work  
Federal University of Santa Maria

### **DISCLOSURE OF HOUSING POLICY PROGRAM - MY HOUSE , MY LIFE AS A MEANS OF ACCESS TO HOUSING POLICY IN SANTA MARIA-RS**

**AUTHOR: DANIELE ROSA CARVALHO  
GUIDANCE: PROF. DR. CAROLINE GOERCK**

This Labor Completion of course contain the theoretical account-the practical and experienced materialized through the implementation of the intervention project developed during Stagell, which was held at the Municipal Housing and Land Regularization of Santa Maria-RS experience. The goal of the project was to provide access to information about the right to housing for the most vulnerable population, housing policy and touting the Minha Casa, Minha Vida. The housing policy aims to promote actions that contribute to improving the quality of life of the population, minimizing the strong expression of the social issue which is the lack of housing, the by contributing also to the strengthening and empowerment of the users of this policy. The role of social work in housing becomes important by the fact that through the knowledge and skills of (the) social workers a quality job that will facilitate access to the right to housing is guaranteed. Running the project intervention to the extent that information about housing policy were is closed was possible to observe the need to integrate housing policy with other social policies. They looked up possibilities and strategies for effective housing policy that enables access to housing, overcoming the challenges encountered, aiming through this effective and inclusive social policy.

**Keywords:** Housing policy. Social issue. Social Work.

## **LISTA DE APÊNDICES**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Apêndice A</b> – Cartaz do Projeto de Intervenção                 | <b>53</b> |
| <b>Apêndice B</b> – Ficha de monitoramento do Projeto de Intervenção | <b>54</b> |



## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 09 |
| <b>1 POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL</b> .....   | 12 |
| <b>1.1 Desvelando a Política Habitacional e o Programa Minha Casa, Minha Vida</b>  | 12 |
| 1.1.1 Políticas sociais e questão social .....   | 16 |
| 1.1.2 A importância do profissional assistente social na política habitacional.....  | 18 |
| <b>2 A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO<br/>FUNDIÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, RS</b> .....  | 22 |
| <b>2.1 Espaço sociocupacional</b> .....  | 22 |
| <b>2.2 Serviço social na instituição</b> .....   | 27 |
| <b>2.3 Apreensão da questão social no espaço institucional e o trabalho do(a)<br/>assistente social</b> .....                | 28 |
| <b>3 O SERVIÇO SOCIAL NA POLITICA DE HABITAÇÃO: UM RELATO DA<br/>EXPERIÊNCIA VIVENCIADA DURANTE OS ESTÁGIOS I E II</b> ..... | 33 |
| <b>3.1 Descrição do projeto de intervenção</b> .....   | 33 |
| 3.1.1 Perfil do público alvo - considerando vulnerabilidades sociais e econômicas<br>.....                                   | 38 |
| 3.1.2 Produto e avaliação propositiva do processo de trabalho do estágio II: limites<br>e possibilidades .....               | 41 |
| <b>CONCLUSÃO</b> .....   | 48 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 50 |
| <b>APÊNDICES</b> .....   | 53 |

## INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso será composto pelo relato referente ao Projeto de Intervenção realizado na disciplina de Estágio II e pelo o referencial teórico utilizado para o seu desenvolvimento.

O presente relato tem como finalidade abordar a divulgação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) feita por meio do Projeto de Intervenção, programa este que é do Governo Federal, realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Santa Maria e com a Caixa Econômica Federal, o qual consiste em construção de imóveis contratados como empreendimentos habitacionais em regime de condomínio ou loteamento constituídos de apartamentos ou casas que depois de concluídos são alienados às famílias que possuem renda familiar mensal de 0 até R\$ 1.600,00.

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi lançado em março/2009 pelo governo do Presidente Lula, a fim de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de 1 milhão de novas unidades habitacionais. Atualmente, essa meta é de 2 milhões de novas moradias que serão concluídas. Para que esse Programa - que é de extrema importância - seja conhecido de forma mais ampla na cidade de Santa Maria,RS, é que o projeto de intervenção do Estágio II foi pensado, tendo como intuito proporcionar o acesso à informação sobre o direito à moradia para a população mais vulnerável.

Considera-se de suma importância abranger o maior número de pessoas possíveis. Para que isso ocorra se faz necessário uma nova forma de divulgação além da que já é feita pela Prefeitura Municipal de Santa Maria, pois esta não abrange todo o público alvo, tendo em vista que nem todos possuem acesso aos meios de comunicação, tais como: televisão, rádio, jornal e internet.

Para divulgação, foi escolhida a divulgação através de cartazes que foram afixados em murais nos serviços socioassistenciais do município de Santa Maria tais como: Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), Conselhos Tutelares e Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), escolas da rede pública de ensino e pontos de atenção à saúde do município (Estratégia de Saúde da Família-ESF e Unidade

Básica de Saúde-UBS), pois estrategicamente são espaços frequentemente ocupados por famílias em situação de vulnerabilidade social.

Destaca-se, entre outras legislações, a Constituição Federal Brasileira de 1988, que refere-se à moradia como um dos direitos do cidadão. De acordo com a Constituição, a habitação é reconhecida como direito individual, bem como direito social, cujo texto alterado pela Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, em seu artigo 6º versa: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

A relevância social deste relato teórico-prático é demonstrada a partir da importância que tem a divulgação dos direitos dos usuários da política habitacional, pois, na medida em que eles estiverem mais informados, será garantido um maior empoderamento e autonomia desses cidadãos.

Quanto à relevância para a profissão de assistente social, torna-se importante o fato de informar aos usuários sobre os seus direitos, pois é através da informação que será alcançado um maior êxito em termos de contemplar com o acesso ao direito da moradia. Para alcançar esse objetivo deve-se sempre estar atento ao Código de Ética e ao Projeto Ético-político da profissão.

No que tange a relevância acadêmica, cabe ressaltar que a proposta deste tema apresentado no roteiro de relatório teórico-prático é uma proposta inovadora, ou seja, são poucas as produções sobre o tema no meio acadêmico, sendo assim o tema poderá ser mais explorado a partir desta proposta, e ficará a experiência relatada para futuros trabalhos na área da política habitacional.

Portanto, neste relato teórico-prático será abordada a política habitacional relacionada com a questão social e também com as demais políticas sociais na medida em que foram divulgadas informações relacionadas com o projeto de estágio em instituições que integram as políticas de saúde, educação e da assistência social.

No capítulo 1 será abordado um histórico da política habitacional até os dias atuais com o Programa Minha Casa Minha Vida, conceitos de políticas sociais e a questão social, bem como a importância do profissional assistente social na política habitacional. No capítulo 2, serão abordados o espaço sócio-ocupacional relatando sobre a forma como foi instituída a Secretaria Municipal de Habitação e

Regularização Fundiária em Santa Maria-RS; o Serviço Social na instituição e a apreensão da questão social no espaço institucional relacionando-a com o trabalho do(a) assistente social. No capítulo 3, será feita a descrição do projeto de intervenção e suas respectivas atividades desenvolvidas durante o Estágio II. Ademais, será abordado o perfil do público alvo e também o produto e a avaliação propositiva do processo de trabalho do Estágio II. Para finalizar, serão relatados os limites e possibilidades encontrados durante a execução do projeto de intervenção.

# 1 POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL

## 1.1 Desvelando a Política Habitacional e o Programa Minha Casa, Minha Vida

Neste capítulo será feita a análise do histórico da política habitacional no Brasil, trazendo as ações que foram desenvolvidas no período que compreende os anos de 1882 até 2009 com a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

“A trajetória da política habitacional no país tem sido marcada por mudanças na concepção e no modelo de intervenção do poder público no setor que ainda não logrou êxito, especialmente no que se refere ao equacionamento do problema da moradia para a população de baixa renda” (Ministério das Cidades, 2006, p.9).

Traçando um panorama histórico das políticas para habitação no Brasil, Maricato (1997):

No final do século XIX, no Brasil, havia uma conjunção de acontecimentos que influenciaram decisivamente a ampliação e a formação dos espaços urbanos no país. O fim da escravidão fez com que milhares de negros fossem expulsos do campo e migrassem para a cidade. Concomitantemente, imigrantes europeus chegaram ao Brasil para trabalhar no campo e também na nascente indústria brasileira. Esses fatores provocaram o aumento da população nas cidades, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, fato que acarretou uma demanda por moradia, transporte e demais serviços urbanos, até então inédita.

Conforme afirmam Noal e Janczura (2011):

“A crise da habitação no Brasil surge no final do século XIX início do século XX ocasionada por três motivos: abolição da escravidão, crise da lavoura cafeeira e processo de industrialização. Nesta época a política habitacional era tratada como controle, repressão e exclusão, os cortiços eram considerados infectos, insalubres e deveriam seguir um padrão municipal para se adequarem, isso demonstra que as intervenções estatais eram recorrentes. [...] O que se percebeu neste contexto foi a falta de planejamento e ausência completa de uma política habitacional eficiente, ou seja, a política dos governantes da época era considerada inerte [...] O Estado não respondia as demandas da população por novas formas de moradias. A Igreja e o Estado uniram-se a favor das pessoas que não possuíam moradia, mas o objetivo comum destes era realizar uma ação social para conter a infiltração comunista. A política era de controle e exclusão, não eram oferecidas alternativas viáveis e abrangentes às diversas classes econômicas da população” (NOAL, JANCZURA, 2011, p.160-162)

Já no regime militar buscou-se, dessa forma, através da criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), pela Lei 4.380 de 21 de março de 1964, produzir habitação em massa para garantir a expansão e o crescimento da economia.

O BNH (Banco Nacional de Habitação) financiava os imóveis, a verba advinha do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e 8% do salário mínimo da época. No discurso oficial a prioridade era atender a população de baixa renda, mas na prática sabe-se que não ocorreu desta forma, o que comprova isto é o fato de que o BNH (Banco Nacional de Habitação) não atingiu nem 20% da população. De acordo com os autores Noal e Janczura (2011) aos poucos a política habitacional baseada no BNH foi enfraquecendo tendo como principal motivo o fato de que tinha por objetivo atingir prioritariamente as classes subalternas, mas ao longo dos anos acabou sendo elitizada, levando ao agravamento da questão social<sup>1</sup>.

De acordo com o Ministério das Cidades (2006), “de fato o que ocorreu na política habitacional nesse contexto foi que não havia uma repartição clara e institucionalizada de competências e responsabilidades”. O resultado foi uma política ineficaz, a qual não deu conta de solucionar a crise habitacional.

O quadro abaixo traz um resumo referente ao histórico da política habitacional no Brasil, com base na autora Gonçalves (2000, p.253-256):

| ANOS        | AÇÕES  |
|-------------|--|
| 1882 e 1885 | Primeiras ações relativas à habitação: saúde pública e concessões de incentivos com a isenção de impostos para empresas que construíssem habitações para operários e pobres. |
| 1889 e 1902 | Incentivo às empresas para construir vilas operárias aliado a isenção de impostos.   |
| 1906        | O Estado assumiu para si a responsabilidade de construir   |

<sup>1</sup> A Questão social é o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista. O assistente social trabalha nas suas mais variadas expressões quotidianas e, sendo desigualdades, também envolve sujeitos que resistem e se opõem à elas. Portanto, o assistente social trabalha nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, terreno movido por interesses sociais distintos que tecem a vida em sociedade (IAMANOTO, 1999, p.27).

|                                      |  |
|--------------------------------------|--|
|                                      | habitação popular.   |
| 1920                                 | O Estado institucionaliza esta modalidade de intervenção.  |
| 1923                                 | Iniciativas privadas de seguro social com a criação das primeiras Caixas de Aposentadorias e Pensões ligadas aos trabalhadores das estradas de ferro. Durante os anos 30 as caixas foram substituídas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões os quais assumem algumas funções no campo habitacional, tal como o financiamento de casas para os associados das organizações de seguro. |
| 1946                                 | Surgiu o primeiro esboço de uma política habitacional para o Brasil com a criação da Fundação da Casa Popular.   |
| 1964                                 | A Lei nº 4320 de 21/08/64 instituiu o Sistema Financeiro de Habitação, foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH) com o objetivo de promover a construção e aquisição da casa própria, especialmente para as famílias de baixa renda.  |
| Década de 80                         | Foi marcada pela ênfase nos programas alternativos (mutirões) que visavam o barateamento do custo final das moradias.  |
| 1986                                 | Foi extinto o BNH e transferido para a Caixa Econômica Federal.  |
| 1987                                 | Criado o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU).   |
| 1989                                 | O MHU foi extinto e a Caixa Econômica Federal passou a ser vinculada ao Ministério da Fazenda, que assumiu o controle do Sistema Financeiro de Habitação.  |
| 1990                                 | Criação do Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) lançado por Collor.  |
| Governo de Itamar Franco (1992-1994) | Foram lançados o programa Habitar Brasil voltado para municípios de mais de 50 mil habitantes e o Morar Município destinado aos municípios de menor porte, os programas apresentavam as mesmas características básicas, população  |

|  |   |
|--|---|
|  | alvo eram famílias de baixa renda.  |
| Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) | Foi criada a Secretaria da Política Urbana vinculada ao Ministério do Planejamento reconhecendo a relevância de um canal de participação democrática e gestão da política habitacional. |

Quadro: Histórico da política habitacional no Brasil

O governo federal manteve um sistema centralizado, sem uma política definida para incentivar e articular as ações dos Estados e Municípios no setor de habitação. No ano de 2003 o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva começa a implementar mudanças nesse cenário com a criação do Ministério das Cidades, órgão que se torna o responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e dentro dela, pela Política Setorial de Habitação.

“A política de habitação se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006, p.12).

Através desta constatação podemos perceber o quanto é importante o investimento na área habitacional em nosso país, porém sem esquecer de levar em consideração outras questões primordiais como todos os outros direitos sociais de que a população necessita que sejam garantidos e efetivamente cumpridos.

Por isso ressalto que o objetivo principal da política habitacional não é somente garantir o acesso à casa, e sim tudo que envolve o direito à moradia, como por exemplo, a cidadania dos sujeitos, a sua totalidade, sua historicidade, suas particularidades, relato isto pelo fato de que muitas vezes os empreendimentos habitacionais são construídos em lugares distantes, de difícil acesso, e sem uma infraestrutura adequada em seu entorno.

Outro fator que se percebe é a desafiliação representada no momento em que se retira os moradores de um lugar onde eles possuem vínculos para outro local onde terão de conviver com pessoas que nunca tiveram contato antes, e terão de aprender a conviver com estas.

“Em 2009, desde o Governo Lula, inaugurou-se um novo período da política federal para a habitação onde ocorreram profundas transformações partindo-se de investimentos da ordem de R\$ 7 bilhões , em 2002, para mais de R\$ 62 bilhões em 2009. A faixa de renda entre 0 ( zero) e 3 (três)



salários mínimos , que concentrava o maior déficit habitacional , levou o Governo a criar o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em 2009. Esse programa provocou, nos últimos anos, uma forte expansão do crédito imobiliário no Brasil” (Fundação de Economia e Estatística, 2012, p.21)

Diante do que foi exposto, cabe ressaltar que apesar de todos os avanços que foram conquistados até hoje com a política habitacional vigente, ainda temos muitos entraves, entre os quais destaco a questão de algumas pessoas entenderem a questão da habitação e do direito a moradia como um favor e não como um direito, e isso ocorre pela visão assistencialista que se tem, visão esta que é passada por alguns políticos em seus municípios de atuação e pela formação subalterna da população.

Por outro lado, é importante salientar que o trabalho do assistente social na política habitacional faz toda a diferença, pois com o olhar crítico deste profissional se consegue desmistificar essa visão assistencialista que ainda persiste por parte de alguns.

### **1.1.1 Políticas sociais e questão social**

Sobre as políticas sociais, Teixeira (2002) afirma:

“As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social.” (TEIXEIRA, 2002, p.3).

Considerando o conceito do autor, temos uma constatação que ressalta a importância da forma como as políticas públicas são vistas pela sociedade, ou seja, os sujeitos não se percebem enquanto participantes desse processo, pois lhes é passado o direito como se fosse um favor. Por isso, é necessário sempre reforçar aos nossos usuários que o fato de terem conquistado a casa própria é um direito que eles têm.

Cabe ressaltar em relação à questão social, conforme Behring e Santos (2010):

“Deste modo entendemos que a questão social é fruto das contradições do processo de acumulação capitalista e que, portanto é um elemento essencial desenvolvido pela tradição marxista, a qual entende a totalidade concreta e não situações sociais-problema em si mesmas, como era no Serviço Social tradicional.” (BEHRING e SANTOS, 2010, p. 6).

Portanto, a questão social não deve ser tratada como problema, e nem tampouco como tem sido tratada, muitas vezes, sem a intenção de alteração da estrutura econômica, social e política existente, o que implica na forma como vai ser garantida a autonomia dos sujeitos atendidos pelas políticas sociais.

As políticas sociais segundo Pastorini (1997, p.81) “são paliativas e seletivas na medida em que tem caráter redistributivo e se propõem através de programas, planos, ações e projetos diminuir as desigualdades sociais”. Isso significa que são selecionados os sujeitos a quem atender e resolve-se apenas parte das questões existentes, tendo em vista que as políticas sociais são responsáveis pela garantia de serviços e dos direitos sociais.

Segundo a autora Yazbek (2007):

“as políticas sociais tomadas como assistenciais “reproduzem, portanto, a exploração, a dominação e a resistência, num processo contraditório em que se acumulam riqueza e pobreza. E a cumulação da pobreza na sociedade brasileira põe em questão os limites das políticas voltadas ao seu enfrentamento” (YAZBEK, 2007, p. 22).

Diante do exposto pela autora, denota-se a visão que se tem das políticas sociais as quais reproduzem o sistema capitalista, e que não dão conta de solucionar as expressões da questão social, como por exemplo, no caso da política habitacional, a falta do acesso à moradia.

E como ressaltou Yazbek (2007), têm que se considerar também os limites que são impostos pelas próprias políticas. Como exemplo, cito os critérios do Programa Minha Casa, Minha Vida, os quais são seletivos e dessa forma tornam-se excludentes e não conseguem contemplar a todos de forma mais ampla.

“A política social, em especial na sociedade brasileira, em que pese a promulgação da Constituição Federal, em 1988, com todo o seu caráter de universalidade dos direitos sociais, está profundamente conectada à política econômica e ao ajuste fiscal que, ao privatizar serviços, oferece-os com qualidade aos que podem pagar e para os que não podem os acessar pela via do mercado tem-se a realidade da focalização/seletividade e de políticas pobres para os pobres e da descentralização, vista como desconcentração e desresponsabilização do Estado”(BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 184 ).

O que podemos constatar é que as políticas sociais não têm dado conta de combater com êxito as desigualdades sociais existentes em que pese já se tenha avançado, ainda há muito o que se fazer e se conquistar nesse aspecto.

Ainda sobre política social, Faleiros (2009) aponta que, ao implantar as políticas sociais com intenção de reintegrar os “desviados sociais”, estes são

marcados pela própria existência dessa política social em relação ao desvio, agora definido oficialmente como anormal. Diante do exposto pelo autor, denota-se a relação entre política social e exclusão, ou seja, as políticas sociais tem a função ideológica de reintegrar os “desviados sociais”, só que dessa forma se demonstra o caráter excludente e seletivo de algumas políticas sociais, como por exemplo, no caso da política habitacional, a qual possui critérios de seleção.

Porém, não podemos desconsiderar que existem muitos avanços em relação às políticas sociais no Brasil, as quais tem tido uma ampliação de abrangência e no que tange à política habitacional também são visíveis os avanços. Um exemplo disso é a questão de atender a pessoas com deficiência através de casas adaptadas<sup>2</sup>, além da ampliação dos financiamentos.

Nesse contexto da política habitacional e o Serviço Social, cabe ressaltar a importância do profissional assistente social atuar seguindo os princípios presentes no Código de Ética, dentre os quais destaco os princípios éticos fundamentais, como por exemplo: o princípio da ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras, o qual denotam dever que o profissional assistente social tem de assegurar esses direitos para gerar a cidadania e a inclusão social, e no aspecto do acesso à moradia isto deve ser contemplado.

### **1.1.2 A importância do profissional assistente social na política habitacional**

O trabalho do assistente social nesse âmbito é de suma importância. Por essa razão, o mesmo deve estar sempre amparado nos princípios do Código de Ética ( artigos 4º e 5º), considerando a visão do projeto ético- político da profissão.

Essa importância é justificada pelo papel preponderante que o profissional de Serviço Social tem junto à política habitacional, e o que comprova essa importância é o olhar diferente que esse profissional possui diante das situações que lhes são expostas, pois muitas vezes tem que se trabalhar com a falta de recursos, com a burocracia e com visões assistencialistas.

---

<sup>2</sup> Para as pessoas portadoras de deficiência as casas são adaptadas, o banheiro é maior, possui barras para se segurarem e geralmente são casas de esquina.

Somente é possível mudar esse contexto através da propositividade, na qual se faz necessária a capacidade de estar sempre se reinventando, se atualizando para enfrentar os desafios encontrados no cotidiano.

A presença de um profissional assistente social na política de habitação se torna importante pelo fato de que a visão que esse profissional possui é diferente da visão que muitos políticos envolvidos nesta questão possuem, ou seja, o assistente social atua com comprometimento ético, e alguns outros profissionais atuam com direcionamento político partidário.

No que se refere ao projeto ético-político do Serviço Social, Netto (2011) afirma:

“Instaura-se na profissão a partir de 1979 e ganha consistência na década de 1990 o projeto ético-político, é neste processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético-político” (NETTO, 2011, p.1).

O projeto ético-político do Serviço Social está em constante transformação e em processo de construção nos dias atuais. Por essa razão ressalto que os assistentes sociais devem também estar sempre se renovando e se empenhando em exercer suas atividades no cotidiano profissional com base no Código de Ética para que contemplem a garantia do acesso aos direitos por parte dos usuários.

Com relação à questão social Netto:

“Coloca-se a análise da “questão social” sendo indissociável das configurações assumidas pela relação entre capital e trabalho, implicando considerar a contradição entre as forças produtivas e o desenvolvimento da sociabilidade humana, num movimento em que a reprodução da desigualdade social acompanha a reprodução ampliada da riqueza” (NETTO, 2001, p. 43).

Iamamoto (2000) considera que a questão social é indissociável da forma de organização da sociedade capitalista, tem sua origem no caráter coletivo da produção, expressa desigualdades econômicas, políticas, culturais das classes sociais, estas influenciadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais.

Relacionando a questão social com a política habitacional, tem-se a relação entre o capital e o trabalho, como por exemplo, o fato dos empreendimentos habitacionais exigirem a mão-de-obra para serem construídos, e isso gera

empregos, mas por outro lado tem-se a lógica do mercado, que é o lucro gerado, ou seja, se torna um mercado lucrativo.

Cabe ainda ressaltar que a discussão sobre a habitação se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe à casa, incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços sociais, buscando garantir direito à cidade (BRASIL, 2004).

Os autores Noal e Janczura (2011) consideram que é necessária a integração da política habitacional com as outras políticas sociais:

“A fim de combater o déficit habitacional e aumentar a eficiência e eficácia das políticas públicas, é necessário integrar as ações e programas habitacionais às demais ações de desenvolvimento urbano e a outras políticas sociais do governo, onde somente uma política de habitação integrada, distributiva e bem focalizada poderá contribuir para uma solução efetiva dos problemas habitacionais brasileiros.” (NOAL e JANCZURA, 2011, p.168)

Nesse conceito, denota-se a necessidade de a política habitacional estar vinculada as outras políticas públicas, ou seja, devem-se considerar as políticas de saúde, saneamento básico, educação, transporte, o que envolve o trabalho em rede, que no caso do município de Santa Maria é feito na Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária em parceria com as outras Secretarias, como por exemplo: Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria da Mobilidade Urbana, e os serviços socioassistenciais do município.

A moradia, segundo Gonçalves (2002), é uma das necessidades básicas à reprodução social e da força de trabalho. A autora ainda discute que “a política habitacional expressa a resposta do Estado aos conflitos sociais por moradia, é resultante de uma relação dialética entre sociedade e Estado onde interesses, diferenciados ou não, se interpenetram, se confrontam e produzem influências mútuas” (p.156).

Com relação à Política Nacional de Habitação (BRASIL, 2004) tem-se os seguintes princípios:

- a) Direito à moradia, enquanto um direito individual e coletivo, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição brasileira de 1988;
- b) Moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais;

c) Função social da propriedade urbana buscando implementar instrumentos de reforma que possibilitem melhor ordenamento e maior controle do uso do solo, de forma a combater a retenção especulativa e garantir a terra urbanizada;

d) Questão habitacional como uma política de Estado, uma vez que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e na regulação do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização de assentamentos precários, devendo ser, ainda, uma política pactuada com a sociedade e que extrapole mais de um governo;

e) Gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos;

f) Articulação das ações de habitação à política urbana de modo integrado com as demais políticas sociais e ambientais (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010, p. 33).

De acordo com esses princípios, destaco o da articulação das ações de habitação de modo integrado com as demais políticas sociais, o que demonstra a importância de se pensar na questão da moradia para além do fato de se ter uma casa, contemplando também os aspectos culturais, os impactos econômicos, ambientais, a geração de empregos, a organização comunitária e ainda os movimentos sociais, os quais revelam a forma de resistência a essa expressão da questão social.

A Política Nacional de Habitação aponta como fundamental sanar uma dívida histórica do Estado brasileiro com a sociedade, no provimento de habitações e condições dignas de moradia e, para tanto, salienta que a habitação precisa fazer parte das ações governamentais, a partir de estratégias colocadas na agenda do Estado (BRASIL, 2004).

“O Estado possui diversos desafios a serem enfrentados para amenizar a situação da falta de moradia, auxiliando na provisão de moradias dignas, onde a solução dos problemas habitacionais brasileiros não deve ser encarada apenas sob a forma quantitativa de investimento em novas moradias, mas principalmente pela provisão proporcional da oferta habitacional condizente com o nível de renda da população, onde os subsídios precisam ser escalonados conforme a condição financeira e econômica da população” (NOAL, JANCZURA, 2011, p. 168).

Portanto, constata-se que a política de habitação é uma política seletiva, pois não dá conta das demandas da população em relação a falta de moradia, e isso denota a expressão de desigualdade da questão social.

No próximo capítulo serão abordados o espaço socioocupacional, relatando sobre a forma como foi instituída a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária em Santa Maria-RS, o Serviço Social na instituição, a apreensão da questão social no espaço institucional e o trabalho do(a) assistente social.

## **2 A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, RS**

### **2.1 Espaço sócio-ocupacional**

O estágio curricular supervisionado II foi realizado na Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria-RS.

Para melhor compreensão desta instituição, a seguir será relatado<sup>3</sup> um breve histórico referente a forma como ela foi instituída no município de Santa Maria-RS:

A Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária nem sempre teve essa denominação. Conforme trocas de administração, as áreas de atuação da mesma também foram alteradas ao longo do tempo.

Conforme a Lei Municipal Nº 4300/00 de 04 de janeiro do ano 2000, na administração municipal de Osvaldo Nascimento da Silva, é autorizado ao poder executivo firmar convênio com a Secretaria Especial de Habitação SEHAB/RS – POA, no âmbito do programa HABITAR/98 para fins de construção de 105 unidades habitacionais destinadas a famílias com renda de até 03 salários mínimos vigentes à época. Nesta mesma lei, na cláusula 11ª, dispõe sobre a criação de um Conselho Municipal de Habitação e o fundo municipal, visando estimular a participação da comunidade nos projetos habitacionais. Porém este conselho é constituído apenas na administração de Valdeci Oliveira, através da Lei Municipal 4415/01, de 05 de fevereiro de 2001.

---

<sup>3</sup> Informações obtidas através do relato de funcionários públicos da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria-RS e consulta à leis municipais e decretos.

No início da administração municipal de Cezar Augusto Schirmer, a então Secretaria foi decretada extinta. Na mesma administração, por meio do Decreto Executivo Nº 065, de 1º de Junho de 2009 foi novamente instituída, porém com nova denominação: Secretaria de Município da Infraestrutura, Habitação e Serviços; tendo como finalidades básicas o planejamento, proposição e a execução das políticas relativas às obras e serviços de infraestrutura, habitação e regularização fundiária, conforme artigo 72 do mesmo Decreto.

Conforme Decreto Executivo Nº 075 de mesma data, é regulamentada a estrutura, organização e funcionamento da Secretaria como agente do Sistema de Administração Pública Municipal.

Na Lei Municipal Nº 5309, de 13 de maio de 2010, são alterados dispositivos da Lei Municipal Nº 5189, de 30 de abril de 2009 e finalmente criada a atual Secretaria de Município de Habitação e Regularização Fundiária, tendo como finalidades básicas o planejamento, a proposição e a execução das políticas públicas municipais relativas à habitação, ao saneamento e à regularização fundiária

Entre os serviços disponibilizados pela Secretaria, destacam-se: no setor da Habitação, é possível realizar requerimentos de certidão de abertura de vala e certidão de número oficial para fins de ligação de água através da rede de saneamento básico do município, a atual CORSAN. Anterior a isso, são realizadas vistorias para averiguar a situação do lote.

Também neste setor, desenvolve-se o “Programa Minha Casa, Minha Vida”, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela CAIXA, que consiste em construção ou requalificação de imóveis, os quais depois de concluídos são alienados às famílias com renda familiar mensal de até R\$ 1.600,00, indicadas pelo Poder Público.

Para o Programa Minha Casa, Minha Vida são realizadas inscrições. Posteriormente é feita a seleção dos grupos familiares que preencham os critérios federais e municipais pré-estabelecidos e dependendo da demanda é realizado o sorteio.

Com relação ao sorteio a Portaria 595 de 18 de dezembro de 2013 estabelece no item 5.5 que:



- Descontadas as unidades destinadas aos candidatos enquadrados nos subitens 5.2 e 5.3 <sup>4</sup>, a seleção dos demais candidatos deverá ser qualificada de acordo com a quantidade de critérios atendidos pelos candidatos, devendo ser agrupada conforme segue:

a) Grupo I - representado pelos candidatos que atendam de cinco a seis critérios de priorização entre os nacionais e os adicionais; e

b) Grupo II - representado pelos candidatos que atendam até quatro critérios de priorização entre os nacionais e os adicionais.

Posterior ao sorteio é convocada uma reunião com os sorteados para efetuar o agendamento das entrevistas, as quais serão feitas na Secretaria. Serão entrevistas realizadas com os possíveis beneficiários que foram sorteados como titulares e se necessário ocorre o chamamento dos suplentes.

Faz-se necessário explicar sobre os critérios do Programa Minha Casa, Minha Vida os quais foram alterados pelo Ministério das Cidades que utilizava anteriormente a Portaria nº 610 de 26 de dezembro de 2011 e atualmente passou a utilizar a Portaria nº 595 de 18 de dezembro de 2013.

Com relação aos critérios nacionais a Portaria nº 595 de 18 de dezembro de 2013 estabelece que:

4.1 São considerados critérios nacionais de priorização, conforme o disposto na Lei 11.977, de 7 de julho de 2009:

a) famílias residentes em áreas de risco<sup>5</sup> ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;

b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e

---

<sup>4</sup>5.2 Deverá ser reservado, no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais do empreendimento para atendimento a pessoas idosas, conforme disposto no inciso I do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, e suas alterações.

5.3 Será assegurado que, do total de unidades habitacionais do empreendimento, pelo menos 3% (três por cento) serão destinadas ao atendimento a pessoa com deficiência ou à famílias de que façam parte pessoas com deficiência, na ausência de percentual superior fixado em legislação municipal ou estadual.

<sup>5</sup>Área de risco de acordo com Portaria nº595 /2013 do Ministério das Cidades: São consideradas áreas de risco aquelas que apresentam risco geológico ou de insalubridade, tais como, erosão, solapamento, queda e rolamento de blocos de rocha, eventos de inundação, taludes, barrancos, áreas declivosas, encostas sujeitas a desmoronamento e lixões, áreas contaminadas ou poluídas, bem como, outras assim definidas pela Defesa Civil.

c) famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

Com relação aos critérios municipais, o Decreto Executivo nº 048 de 21 de maio de 2013 - que altera o de nº 154 de 15 de dezembro de 2010 - estabelece os seguintes critérios:

- I- Famílias constituídas por filhos menores de 18 (dezoito) anos;
- II- Famílias constituídas por 3 (três) ou mais filhos menores de 18 (dezoito) anos;
- III- Titular deve ser responsável familiar beneficiário no Programa Bolsa Família.

De acordo com o item 4.2 da mesma Portaria:

De forma a complementar os critérios nacionais; Distrito Federal, estados, municípios e entidades organizadoras poderão estabelecer até três critérios adicionais de priorização.

Com base nesse item é que foram criados os critérios municipais para Santa Maria-RS.

Estes são os critérios utilizados atualmente no município de Santa Maria-RS, cabe ressaltar que os critérios municipais foram elogiados pelos profissionais da Caixa Econômica Federal como referência no estado do Rio Grande do Sul, estes critérios foram pensados coletivamente, foram discutidos e construídos com a interação de todos os profissionais da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.

Após todas essas etapas supracitadas, são montados os dossiês com a documentação dos sorteados e estes serão enviados para a Caixa Econômica Federal que irá analisar a documentação. Porém anterior a isso, são enviados os dados dos sorteados via conectividade social, que é um sistema digital onde são acessados os dados do Cadastro Único, que é um cadastro para programas sociais, tais como: habitação, tarifa social na água e na luz, isenção em concursos públicos, dentre outros. O cadastro deve estar atualizado, pois é através dos dados informados neste que a Caixa Econômica Federal pesquisará as informações necessárias para a análise dos beneficiários.

São consultadas pela Caixa informações referentes a renda, PIS, cadastros imobiliários, financiamentos e cadastro de inadimplentes. O resultado desse processo são centenas de moradias dignas em forma de conjuntos habitacionais entregues a população.

Na Secretaria também existe o setor da Regularização Fundiária onde é realizado o cadastramento de lotes irregulares. Para a Concessão do Direito Real de Uso, é feita a regularização sustentável de interesse social ou específico, bem como projetos de lotes urbanizados, análise e elaboração de planos de reurbanização.

A Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria, RS, utiliza o Programa Minha Casa, Minha Vida e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para atender as demandas referentes a falta de moradia.

O PAC é um conjunto de políticas públicas para estimular o crescimento econômico, criar infra-estrutura e realizar melhorias urbanas e de saneamento em todo o país, este programa foi idealizado pelo governo Federal no ano de 2007. Em Santa Maria foi implementado no mesmo ano com o intuito de beneficiar 35 comunidades com Regularização Fundiária e infra-estrutura, o objetivo era a construção de 2.500 unidades habitacionais em Santa Maria, RS, até o ano de 2010, e até então já foram entregues 995 nos loteamentos da Brenner, Cipriano da Rocha e Lorenzi<sup>6</sup>.

Atualmente, no município de Santa Maria, o PAC será extinto, e migrará para o Programa Minha Casa, Minha Vida. Isso se deve ao fato de que a qualidade das unidades habitacionais do PAC é inferior as do Minha Casa, Minha Vida, e em virtude disto as construtoras consideraram inviável e pouco lucrativo continuar optando pelas obras de moradia referentes ao PAC.<sup>7</sup>

Isso denota como se torna difícil e desafiador romper com esta lógica da lucratividade através da construção dos empreendimentos habitacionais. Desafio este que o assistente social deverá enfrentar com competência técnica e ética. Mas, por outro lado, esta migração do PAC para o Minha Casa, Minha Vida trará benefícios para os usuários da política habitacional, pois as unidades habitacionais contam com melhorias, tais como: piso, aquecimento solar nos chuveiros, casas adaptadas para pessoas com deficiência, entre outros.

---

<sup>6</sup> Informações obtidas através de relato da Assistente Social responsável pelo PAC .

<sup>7</sup> Idem ao item 6

## 2.2 Serviço social na Instituição

O Serviço Social está presente na Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria, RS, desde a criação da mesma, tendo passado por ela três assistentes sociais; sendo que a atual foi nomeada no início do ano de 2012. Anterior a isto e até o ano de 2010 este cargo não estava ocupado.

A assistente social teve sua inserção na Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária devido à necessidade de se ter o profissional para a execução dos Programas do Governo Federal, sendo uma das exigências do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para que o recurso de 2,5 % do valor total das obras de infraestrutura, saneamento e unidades habitacionais fosse aplicado no Trabalho Técnico Social, ou seja, para que todo o trâmite burocrático (Projetos, relatórios entre outros) fosse repassado e aplicado em tais serviços, e para os acompanhamentos dos beneficiados, de responsabilidade do assistente social, exigindo também experiência de dois anos na política de Habitação.

Com isso, em 2007, foi implantado o PAC em Santa Maria e a Prefeitura contratou uma assistente social, a qual ficou até o fim de 2008. Com a nova gestão do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Foi contratada outra assistente social, a qual ficou por um período de sete meses. Como havia sido realizado um concurso no final de 2008, em novembro de 2009, com cinco vagas imediatas de inserção foi chamada uma nova profissional para assumir o cargo de Coordenadora do Trabalho Social do PAC.

Para o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com as mesmas exigências da necessidade de auxílio na execução do Programa, foi chamada também através de concurso público uma assistente social, a qual ficou responsável pelo PMCMV.

Cabe ressaltar que, anterior aos estágios curriculares supervisionados, realizou-se o estágio não curricular por um período de 2 anos, o qual possibilitou uma grande vivência no que tange a política habitacional em Santa Maria, RS, foi uma experiência enriquecedora e imensurável.

### **2.3 Apreensão da questão social no espaço institucional e o trabalho do(a) assistente social**

Os usuários que procuram a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária são diretamente influenciados pelas expressões da questão social, ou seja, na maioria das vezes, estão vivendo em condições de miserabilidade e até mesmo vulnerabilidade social, pois estão em risco social.

Segundo Iamamoto (2000):

“a questão social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 2000, p. 27)

O assistente social deve viabilizar a efetivação dos direitos e o acesso dos usuários às informações necessárias, para que com isso consiga defender, ampliar e consolidar a cidadania, posicionando-se a favor da equidade e da justiça social.

Ressalta-se a atitude investigativa que o assistente social deve possuir em seu cotidiano de trabalho, a qual a autora Fraga (2010) conceitua:

“ A atitude investigativa consiste numa postura inquieta e curiosa, por isso é fundamental na bagagem cotidiana do profissional. A ausência dessa postura pode levar à cristalização das informações, à estagnação do aprendizado profissional, o que, conseqüentemente, comprometerá o compromisso do assistente social com a qualidade dos serviços prestados à população usuária” (FRAGA, 2010, p.67).

O profissional de Serviço Social deve sempre ter uma atitude investigativa, não se deixando acomodar pelas rotinas, deve ser ativo e estar em busca do novo sempre, ser um profissional propositivo, com competência crítica e criativa, para que possa intervir de forma a superar as dificuldades e vislumbrando as possibilidades diante dos desafios.

O assistente social precisa se utilizar de técnicas, táticas, estratégias e conhecimentos complementares para melhor desenvolver o seu agir profissional, objetivando com isso efetivar as políticas sociais como direitos dos usuários.

De acordo com Fraga (2010):

“É importante ter presente que o atual Código de Ética do Assistente Social prevê como um dos seus onze princípios fundamentais a questão do compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o

aprimoramento intelectual na perspectiva de competência profissional” (FRAGA, 2010, p.51 ).

O assistente social deve estar sempre comprometido com os serviços prestados aos usuários, primando pela ética no atendimento, considerando a autonomia destes, bem como objetivando sua emancipação para que se tornem sujeitos de direitos.

Através de suas habilidades e atitudes, o profissional estará apto e capacitado para enfrentar o grande desafio que lhe é imposto no seu cotidiano de trabalho, desafio este que é a garantia dos direitos sociais.

O exercício da profissão deve ser pautado pelo compromisso social e ter direcionamento ético apresentando respostas as demandas dos usuários de forma a efetivar as políticas sociais.

No que se refere ao Código de Ética, Iamamoto (2000):

“O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, descolados do processo social. [...] Afirma, como valor ético central, o compromisso com a nossa parceira inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos”( IAMAMOTO, 2000, p.77).

Portanto, é de suma importância o assistente social estar amparado no Código de Ética para realizar o seu fazer profissional, considerando-se os desafios impostos pelas instituições, desafios estes que precisam ser enfrentados com comprometimento e dinamismo por parte dos profissionais pois assim será possível materializar os princípios éticos.

O papel do Serviço Social nesta instituição é orientar e encaminhar os usuários aos serviços dos quais necessitam, visando a garantia do acesso à moradias dignas e também aos serviços da rede socioassistencial do município para que consiga contemplar outras políticas sociais para além da política habitacional.

Entre as atividades executadas pela assistente social na Secretaria destaca-se o Trabalho Técnico Social que é feito com os grupos familiares beneficiários após a entrega dos empreendimentos; trabalho este que demanda informações e orientações.

O Trabalho Técnico Social tem como diretrizes<sup>8</sup>:

- Divulgação de informações sobre o Programa, o papel de cada agente envolvido, seus direitos e deveres sensibilizando os beneficiários sobre a importância da moradia, bens e/ou serviços como valor de uso e suporte para a melhoria da qualidade de vida;
- Viabilizar a participação das famílias na implementação do empreendimento, na gestão dos recursos financeiros, bem como na manutenção dos bens e/ou serviços gerados, visando o desenvolvimento comunitário;
- Implantar projetos adequados à realidade sócio-econômica e cultural da comunidade, ao porte do empreendimento e ao prazo de execução das obras;
- Realizar atividades voltadas à participação e à organização dos beneficiários, à difusão de informações relativas à operação, ao contrato, à importância da adimplência, à fixação dos beneficiários nos imóveis e orientar as famílias quanto ao correto uso e conservação da moradia, bens e/ou serviços visando a sustentabilidade do programa;
- Contemplar atividades voltadas para a implantação da produção, utilizando o regime de auto-construção, auto-ajuda e/ou mutirão, quando for o caso.

Na execução do Trabalho Técnico Social são utilizados somente dois instrumentais: visitas domiciliares e encaminhamentos para serviços da rede socioassistencial do município.

Para a realização do trabalho da assistente social, são utilizados os seguintes instrumentais: atendimento, acolhimento, encaminhamento, entrevista, visita domiciliar e parecer social.

Segundo Moreira e Alvarenga (2005), Parecer Social é:

“A opinião profissional do Assistente Social, com base na observação e estudo de uma dada situação, fornecendo elementos para a concessão de um benefício, recurso material [...] Mas também podemos defini-lo como um instrumento de viabilização de direitos, um meio de realização do compromisso profissional com os usuários, tendo em vista a equidade, a igualdade, a justiça e a cidadania” (MOREIRA e ALVARENGA, 2005, p. 56).

---

<sup>8</sup>Informações consultadas em:

[http://www1.caixa.gov.br/gov/gov\\_social/municipal/assistencia\\_tecnica/produtos/repases/habitacao\\_de\\_interesse\\_social/apoio\\_const\\_habit\\_familias\\_baixa\\_renda/pre\\_contratual/social.asp](http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/repases/habitacao_de_interesse_social/apoio_const_habit_familias_baixa_renda/pre_contratual/social.asp). Acessado em: 12. Out. 2014

Já o atendimento consiste em quatro etapas: a entrada do grupo familiar no serviço, identificação do grupo e o acompanhamento, o qual consiste em intervenções desenvolvidas com objetivos estabelecidos que possibilitem à família o acesso a um espaço onde possam refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida, desenvolver o protagonismo social e transformar suas relações garantindo e zelando pela efetividade do atendimento prestado.

No acolhimento acontecem: a recepção, atenção e escuta sensível feita com cordialidade, é nesse momento que o usuário diz por que veio.

Posteriormente é efetivado o encaminhamento, utilizado quando a família e um de seus membros precisam de um atendimento inexistente na estrutura do serviço na qual está inserida.

No que se refere a entrevista, Lewgoy (2007) conceitua como:

“técnica utilizada pelos profissionais do Serviço Social junto aos usuários para levantamento e registro de informações. Esta técnica visa compor a história de vida, definir procedimentos metodológicos, e colaborar no diagnóstico social. A entrevista é um instrumento de trabalho do assistente social, e através dela é possível produzir confrontos de conhecimentos e objetivos a serem alcançados. É na entrevista que uma ou mais pessoas podem estabelecer uma relação profissional, quanto quem entrevista e o que é entrevistado saem transformados através do intercâmbio de informações” (LEWGOY, 2007, p.235).

O momento da entrevista é de extrema importância, pois é através desse instrumental que o assistente social irá obter as informações necessárias para um atendimento com êxito. A entrevista é o momento em que ocorre o estabelecimento de um diálogo que vai se realizando à medida que vamos desvendando o real.

No que se refere a visita domiciliar a autora Mito conceitua que “a visita domiciliar é um dos instrumentos que potencializa as condições de conhecimento do cotidiano dos sujeitos, no seu ambiente de convivência familiar e comunitária” (MIOTO, 2001, p.148 ).

A autora Amaro(2007) considera que:

“Em se tratando de uma visita domiciliar a relação estabelecida entre quem visita e quem é visitado tem significativa importância. A empatia, o respeito mútuo, a horizontalidade e a atitude de não-julgamento do pesquisador acerca do conteúdo que é relatado ou apresentado são os condutores indispensáveis da visita” ( p.55-56 ).

As visitas domiciliares na Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária são feitas antes do sorteio, em casos de verificação das áreas de risco e após o sorteio para execução do Trabalho Técnico Social, já mencionado.



Portanto, podemos constatar que a finalidade da visita domiciliar é específica, ou seja, devendo ser guiada por um planejamento ou roteiro preliminar. As visitas domiciliares têm a finalidade de fazer acompanhamentos relacionados às condições de moradia, a fim de elaborar o relatório de visita domiciliar e emissão de parecer social.

Na Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária existe um trabalho em rede, pois há articulações com todas as Secretarias do Município, com os Conselhos Tutelares, com os CREAS( Centro de Referência Especializada de Assistência Social), com os CRAS( Centro de Referência de Assistência Social ), com a Caixa Econômica Federal, com o Banco do Brasil, o Escritório das Cidades, empresas da construção civil, entre outros.

Destaca-se a importância dessa articulação e do trabalho em rede, pois através disto será possível uma melhor forma de concretização da política habitacional no município.

No próximo capítulo será relatada a descrição do projeto de intervenção e suas respectivas atividades desenvolvidas durante o Estágio II ,o produto e avaliação propositiva do processo de trabalho do Estágio II e os limites e possibilidades vivenciados.

### **3 O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA DURANTE OS ESTÁGIOS I E II**

Neste capítulo, será apresentada a descrição do projeto de intervenção executado no Estágio Supervisionado em Serviço Social, com relato das atividades desenvolvidas durante o Estágio. Em seguida, serão relatadas as reflexões como o produto e a avaliação propositiva do processo de trabalho do Estágio II e os limites e possibilidades encontrados durante a execução do projeto de intervenção.

#### **3.1 Descrição do projeto de intervenção e suas respectivas atividades desenvolvidas durante o Estágio II**

A escolha pela área da habitação ocorreu por ser uma questão que se tornou uma área na qual tive mais afinidade e também pelo fato de que já havia realizado estágio não curricular anteriormente na área habitacional.

Na Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária foram realizadas as seguintes atividades durante o estágio II: digitação dos Cadastros Únicos dos sorteados para o Residencial Dom Ivo Lorscheiter, auxílio nas entrevistas com os sorteados e aplicação do Projeto de Intervenção.

A elaboração e construção do Projeto de Intervenção foi um processo dificultoso no início, pois foi necessário uma visão diferente para se perceber o que mais se necessitava, sendo assim foi constatada, através do plantão social, a necessidade de uma maior divulgação do Programa Minha Casa, Minha Vida aos usuários que foram contemplados pelo sorteio da política habitacional no município. Justifica-se a necessidade de maior divulgação com vistas a garantir e assegurar o acesso à informação no que se refere a política habitacional em Santa Maria, RS, em específico sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, pelo fato de que com as informações corretas e atualizadas será gerada nos usuários uma melhoria das suas condições de vida, tendo como norte a cidadania e o acesso à moradia.

A autora Miotto destaca esta importância:

“[...] o direito à informação não está restrito ao conhecimento dos direitos do legalmente instituído nas políticas sociais. Inclui-se o direito dos usuários de usufruírem de todo o conhecimento socialmente produzido, especialmente daqueles gerados no campo da ciência e da tecnologia, necessário para a melhoria das condições e qualidade de vida ou para que os usuários possam acessar determinados bens ou serviços em situações específicas. Acresce-se ainda que o direito à informação não se restringe ao acesso à informação. Ele pressupõe também a compreensão das informações, pois é

ela que vai possibilitar seu uso na vida cotidiana. Dessa forma, o uso da informação ou a incorporação da informação pelos sujeitos, torna-se um indicador importante de avaliação no processo de construção da autonomia dos indivíduos, dos grupos e das famílias, que é a grande finalidade das ações educativas” (MIOTO, 2009, p. 502-503).

A principal angústia foi sobre como fazer a divulgação. Num primeiro momento, pensou-se em afixar cartazes nos ônibus, mas depois esta alternativa se tornou inviável por questões de burocracia para se conseguir autorização por parte das empresas que fazem o transporte coletivo na cidade.

Diante disso, foi necessário a reformulação do projeto, e então se optou pela divulgação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) nos serviços socioassistenciais do município de Santa Maria-RS, tais como: em escolas da rede pública de ensino, postos de saúde, Estratégia de Saúde da Família (ESF), Unidade Básica de Saúde (UBS), nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), Conselhos Tutelares e Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS).

No que se refere ao CRAS, tem-se a seguinte conceituação:

“O CRAS é a porta de entrada do sistema, se orienta pelas diretrizes da territorialização e da matricialidade sócio-familiar. É uma unidade pública estatal de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social que deve ser implementado pela prefeitura. Cabe ao CRAS organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais e os encaminhamentos e a articulação com as demais políticas sociais” (PNAS, 2004 p.35).

Diante dessa conceituação evidencia-se a importância da divulgação da política habitacional também nos CRAS pois possibilitará o trabalho em rede e a articulação com as políticas sociais.

A ESF também é um local onde ocorre a integração das políticas sociais, envolve a integração da saúde com os usuários que também acessam a política habitacional. Nos CREAS, existe um fluxo expressivo de casos atendidos pelos assistentes sociais que correspondem a pessoas em situações de vulnerabilidade econômica, sociais e até mesmo atrelados a casos de violências, por isso foi importante a divulgação neste referido local.

A construção do projeto de intervenção foi um processo difícil, pois como já estava na Secretaria há mais de dois anos no estágio não curricular, não tinha uma visão distanciada do processo de trabalho desenvolvido. Foi somente através de um olhar mais atento e distanciado das atividades que a elaboração do projeto se tornou viável, e também obtendo o auxílio da supervisora de campo.

Para melhor apreender o processo de elaboração e concepção do projeto de intervenção foi necessária a análise da política habitacional, a qual foi questionada e debatida com os demais profissionais da Secretaria durante todo o processo de estágio tanto não curricular como o curricular. O objetivo esperado era potencializar a ação e atuação enquanto estagiária.

Além do plantão social, também foram de suma importância as articulações em rede com os outros serviços socioassistenciais do município, dentre eles destaca-se os CAPS, pois foi através de relatos de assistentes sociais e psicólogas das referidas instituições que se percebeu a necessidade de ampliar a divulgação do PMCMV, tendo em vista que os usuários do CAPS precisavam ter acesso as informações referentes aos critérios e a documentação exigida para a inscrição, considerando-se o fato de que muitos não tinham condições de ir até a Secretaria e precisavam do auxílio dos profissionais para lhes repassarem e esclarecerem as informações.

Para embasar o projeto de intervenção foi utilizado o Código de Ética do Assistente Social de 1993, o qual traz:

Artigo 5º - São deveres do/a assistente social nas suas relações com os usuários/as: C- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as. Este artigo denota a importância de se garantir o acesso às informações para os usuários.

No primeiro momento de divulgação foram colocados cartazes com informações referentes ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), na Região Oeste da cidade no bairro Nova Santa Marta: na creche Sinos de Belém, na Escola Estadual Santa Marta, na Escola Marista, no Centro Marista de Inclusão Digital (CMID), no Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) oeste, na Escola Municipal Adelmo Simas Genro, na Estratégia de Saúde da Família (ESF) Alto da Boa Vista e no bairro Cohab Santa Marta: na Associação Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) e também no Conselho Tutelar Oeste.

No segundo momento de divulgação, foram colocados cartazes na Região Sul da cidade nos bairros Tomazette Urlândia nos seguintes locais: posto de saúde Oneide de Carvalho, na Escola Coser (escola para deficientes auditivos), na Escola Estadual Tomazzeti, na Escola Municipal Ione Medianeira Parcianelo, na Escola

Municipal São Carlos, na Estratégia de Saúde (ESF) da Urlândia, no Instituto Estadual Padre Caetano e no Pronto Atendimento do Patronato.

No terceiro momento, foram colocados cartazes no bairro Tancredo Neves, nos seguintes locais: Posto Rubem Noal , Creche da Tancredo Neves, Escola Básica Estadual Dr. Paulo Lauda e Centro Social Urbano.

No quarto momento, foram colocados cartazes no bairro São José nos seguintes locais: Escola Estadual Naura Teixeira, Creche João Franciscatto, Posto de Saúde do São José, ambulatório João Luiz Pozzobom no km 3 e no Centro de Referência Especializado em Assistência Social I (CREAS I).

No Centro de Referência Especializado em Assistência Social I foram feitos elogios referentes a iniciativa do projeto, pois eles estavam com as informações desatualizadas em relação aos critérios do Programa Minha Casa, Minha Vida, e quando os usuários ligavam questionando os profissionais não tinham as informações corretas e atualizadas para repassar.

Ressalto a receptividade nos locais em que realizei a colocação dos cartazes como forma de divulgação da política habitacional. Os profissionais que atuam nesses locais sempre traziam perguntas e questionamentos referentes às informações que constavam nos cartazes, que estão relacionadas aos critérios de seleção para o PMCMV. Questionavam quanto ao valor da renda familiar máxima estabelecida.

A construção do projeto de intervenção foi um momento de grande aprendizado, e ao mesmo tempo de muito sofrimento, pelo fato de que tive que repensar a forma de divulgação e por questões pessoais que estava passando naquele momento. Porém através da fase de execução se tornou algo bastante satisfatório e enriquecedor em termos de conhecimento, sendo possível perceber os resultados.

Considera-se que a etapa de execução do projeto é o momento em que podemos ver os resultados do esforço realizado para concretizá-lo. É o momento da prática, no qual é possível ter o retorno dos usuários dos locais onde foram afixados os cartazes e, através deste retorno se pode pensar em novas ações para aprimorar o projeto.

Também considera-se o monitoramento constante do mesmo, que é o que vai garantir o resultado esperado. Em todos os locais em que foram afixados os

cartazes de divulgação, obteve-se uma recepção bastante satisfatória em relação ao projeto, os profissionais nos atenderam sempre com atenção e disponibilidade.

Foram de fato momentos de troca de informações e de resultados que não haviam sido esperados, pois superaram as expectativas.

O projeto de intervenção foi pensado de acordo com as três dimensões do Serviço Social, considerando-se principalmente a dimensão ético-política.

A dimensão ético-política do Serviço Social segundo Lewgoy (2010):

“está alicerçada na ação e no pensamento crítico assumido continuamente, é uma atitude reflexiva de produzir, de criar novas estratégias, de definir finalidades para sua ação e compromisso para alcançá-las, orientada pelas questões: Para quê? Para quem? Por quê? Como? A direção dada ao trabalho tem como parâmetros os princípios e os fundamentos ético-políticos do projeto profissional, a referência legal do Código de ética, da Lei de Regulamentação da Profissão e das Diretrizes Curriculares na afirmação dos direitos e do comprometimento com a qualidade da formação e dos serviços prestados aos usuários”( LEWGOY, 2010, p.150).

Esta dimensão é muito importante no exercício profissional do assistente social, pois é através dela que se conseguirá garantir que os usuários tenham acesso às políticas sociais, sempre primando pela ética e pelo comprometimento com os usuários.

Durante todo o processo de estágio sempre foi enfatizado através da supervisora de campo a importância do assistente social estar comprometido com o projeto ético-político da profissão tendo o intuito de materializá-lo na atuação profissional.

A visão de homem e de mundo sobre a realidade fez-se também importante, à medida que através desta foi possível alcançar os objetivos almejados, tais como a inclusão sócio-econômica, pois os usuários em situação de vulnerabilidade social conseguiriam obter o acesso as informações sobre a política habitacional no município.

Com relação ao estágio, Buriolla (2001) conceitua-o:

“O estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações de atividades de aprendizagem profissional se manifestam para o estagiário, tendo em vista a sua formação. O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente” (BURIOLLA, 2001, p.13).

Diante do conceito que a autora concebe sobre estágio, ressalta-se que durante os estágios foram importantes as leituras sobre temas relacionados à política habitacional, bem como as discussões que problematizaram sobre o tema, trazendo reflexões, as quais contribuíram para a aprendizagem e construção da formação profissional.

As demandas trazidas pelos usuários instigavam a buscar novos instrumentos para qualificar os processos de trabalho desenvolvidos nos atendimentos realizados.

Ressalta-se que o objetivo esperado era a qualidade dos serviços prestados aos usuários, e através da execução do projeto de intervenção este objetivo pôde ser melhor visualizado e contemplado, por isso nos próximos itens serão relatados o perfil do público alvo, considerando-se as vulnerabilidades sociais e econômicas; as reflexões acerca do produto e avaliação propositiva do trabalho do Estágio II, com a análise da experiência vivenciada, bem como os limites e possibilidades.

### **3.1.1 Perfil do público alvo - considerando vulnerabilidades sociais e econômicas**

O público que procura a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária são pessoas que geralmente se encontram em situação de vulnerabilidade social, que necessitam de uma moradia.

Para compreender melhor sobre o perfil deste público atendido na Secretaria serão relatados a seguir os dados obtidos através de pesquisas realizadas pela empresa contratada para execução do Trabalho Técnico Social nos dois empreendimentos habitacionais já entregues na cidade de Santa Maria/RS.

Referente ao Residencial Videiras<sup>9</sup>, que foi o primeiro empreendimento habitacional entregue em Santa Maria através do Programa Minha Casa, Minha Vida no ano de 2011, a população beneficiária caracteriza-se por possuir o limite de renda até R\$ 1.600,00 e estar domiciliado no município, segundo dados colhidos, a partir da realização da Pesquisa para Caracterização Familiar junto a 406 adquirentes (96,66% do total), cabe ressaltar que o número de beneficiários foram

---

<sup>9</sup>Mantive os dados conforme estavam na pesquisa realizada no ano de 2011 pelo Trabalho Técnico Social efetuado por empresa licitada pela Prefeitura Municipal de Santa Maria-RS. Neste Residencial foi utilizada a Portaria nº 140 de 5 de abril de 2010 do Ministério das Cidades.

420, constatou-se que 331 futuros moradores possuem trabalho remunerado e dentre estes 159 são aposentados ou pensionistas.

Quanto ao valor da renda mensal dos adquirentes, apresenta-se uma média de 01 (um) a 02 (dois) salários mínimos, sendo a renda per capita média de R\$ 294,00. De acordo com os dados declarados na pesquisa, identificamos que 5% das famílias apresentam renda mensal abaixo de 01 (um) salário mínimo.

Outro dado interessante refere-se ao grau de escolaridade que se apresenta nesta realidade, no qual grande percentual dos responsáveis pela família possui formação da 3ª série a 7ª do ensino fundamental (35,71%) e ensino médio completo (31,03%). Cruzando essa informação com a idade predominante que se identificou nesta pesquisa (2011), ou seja, entre 31 e 60 anos, observamos que se relaciona a uma população bem diversificada, com boa parte das famílias já constituídas, cuja média de pessoas por domicílio era de três (3) indivíduos, mas destacando-se um considerável número de famílias constituídas por até nove (09) pessoas.

Percebe-se que trinta e um (31) beneficiários são Portadores de Necessidades Especiais, sendo treze (13) cadeirantes, os quais estarão instalados no primeiro andar de seus blocos para facilitar a maior mobilidade, sendo que os apartamentos são adaptados. Neste aspecto cabe ressaltar que foi mudada a nomenclatura de Portadores de Necessidades Especiais (PNE) para pessoas com deficiência.

Já, em relação à população idosa, foram identificadas trinta e seis(36) pessoas, a partir desta amostragem.

No que se refere à questão de gênero, predomina o feminino, sendo 96% das famílias chefiadas pelo sexo feminino e 8,86% chefiadas por idosos. Conclui-se que através desta tabulação pode-se identificar que 80% dos que participaram dessa etapa declararam-se do grupo étnico racial branco.

Referente ao Residencial Zilda Arns, outro empreendimento habitacional entregue em Santa Maria- RS no ano de 2012, através do Programa Minha Casa, Minha Vida, empreendimento este do qual participei das etapas do Programa enquanto realizava estágio não curricular e adentrava no estágio curricular supervisionado I, tais como: o sorteio, as entrevistas e as visitas domiciliares, tem-se o seguinte perfil: a população beneficiária caracteriza-se por possuir o limite de renda até R\$ 1.600,00 e estar domiciliado no município de Santa Maria- RS.



A seleção dos futuros moradores foi realizada a partir de cadastro prévio das famílias interessadas, seguido de sorteio, no qual foram utilizados critérios de seleção conforme a Portaria nº 610 de 26 de dezembro de 2011 do Ministério das Cidades e Decreto Executivo nº 027 de 10 de março de 2011; tais como: (1) Famílias residentes ou que tenham sido desabrigadas de áreas de risco ou insalubres; (2) Famílias que possuam dependentes com Necessidades Especiais e/ou famílias que possuam idosos como componente do ambiente; (3) Grupo Familiar que possua filhos menores (4) Mulher responsável pela unidade familiar.

De acordo com as entrevistas pré-contratuais para confecção dos dossiês no modelo CAIXA, estima-se que das 500 famílias beneficiadas, podemos calcular uma média de 2.000 pessoas morando no Residencial Zilda Arns, sendo que deste total de 500 famílias, 140 foram provenientes de áreas de risco, 35 possuem idosos no grupo familiar e 25 destas os idosos são os chefes de família, 15 são pessoas com deficiência, sendo 12 destes chefes de família e 04 cadeirantes. Calcula-se que 310 famílias possuem filhos menores de 18 anos e a mulher como sendo responsável pela unidade familiar, portanto conclui-se que a maioria dos beneficiários é composta por mulheres.

Tendo em vista esses dados tabulados, nota-se que existe uma forma de exclusão, considerando-se os critérios estabelecidos, os quais são excludentes e seletivos, pois não contemplam a todos os inscritos para participarem do sorteio do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Outro aspecto que se nota através dos dados tabulados é que as famílias em sua maioria são chefiadas por mulheres, o que denota o avanço na questão de gênero, onde as mulheres estão tendo mais visibilidade na sociedade, e isso foi conquistado pelo espaço ampliado para elas no mercado de trabalho, rompendo com visões de senso comum por parte da sociedade. Por outro lado, esses dados também demonstram a dupla jornada das mulheres, que além de trabalharem fora de casa são responsáveis pelas questões domésticas e pelo cuidado dos filhos.

O projeto de intervenção teve o intuito de atender à este público alvo, o qual demonstra situações de vulnerabilidades sociais e econômicas. Foi também com base na análise destas pesquisas que se fundamentou a construção do projeto visando ampliar o acesso à informação, para que se conseguisse contemplar mais pessoas com o direito à moradia.

### **3.1.2 Produto e avaliação propositiva do processo de trabalho dos Estágios I e II: Limites e possibilidades**

A análise que se faz diante da experiência vivenciada é a de que apesar dos limites e desafios enfrentados no decorrer da elaboração e execução do projeto de intervenção, foi uma etapa importante para o aprendizado da profissão, em que pôde ser feita a relação entre a teoria e a prática.

Realizar o estágio e executar o projeto de intervenção na Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária representou uma experiência inefável. Apesar de ter enfrentado a cada dia novos desafios, entre eles, a falta de esclarecimento do funcionamento da política habitacional por parte da população atendida, isto só tornou mais enriquecedor o aprendizado, pois era preciso criar estratégias de explicar aos usuários que o acesso a moradia é um direito que lhes é devido, e não um favor, uma benesse.

Com relação ao direito à habitação, Mannrich (2000) considera que

“[...] a Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda n.º 26, de 14 de fevereiro de 2000, ratificada pelo Estatuto da Cidade em 2001, consagra a moradia como um direito social, cujo artigo 6º é do seguinte teor: São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a moradia, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição (MANNRICH, 2000, p.5).

Foram enfrentados desafios no processo de estágio, no que tange a falta de alguns recursos, como por exemplo, material de expediente e veículos para realizar as visitas domiciliares, mas diante desses desafios foi possível refletir as ações e aprimorá-las na busca de soluções eficazes que objetivavam o melhor atendimento aos usuários.

Segundo Guerra (2011):

“... as condições nas quais a intervenção profissional se processa são as mais adversas possíveis: falta de recursos de toda ordem para atendimento das demandas; exigência pelo desempenho de funções que muito se afastam do que o assistente social, ou qualquer outro profissional, se propõe a realizar; baixos salários; alto nível de burocratização das organizações; fluidez e descontinuidade da política econômica”(GUERRA, 2011, p. 28)

Cabe ressaltar que a atuação do assistente social deve se pautar pelo comprometimento em garantir a autonomia e ampliação dos direitos dos cidadãos, atuação esta que deve estar de acordo com o Código de Ética da profissão.

Em relação aos limites encontrados, foi observado o atraso na confecção dos cartazes, que num primeiro momento foram feitos sem as informações completas, ou seja, sem o endereço da secretaria e sem o horário de atendimento, mas posteriormente foi corrigido.

No que tange a questões da secretaria e do Programa Minha Casa, Minha Vida existem alguns entraves e limites em relação a parcerias com outras secretarias, existem momentos que se necessita de apoio para serviços da área da saúde e educação nos locais onde são construídos os residenciais, isso se dá devido a questões burocráticas e até político partidárias, mas isso é um processo que ocorre em alguns casos existentes considerando-se que se trata do serviço público como é o caso de uma prefeitura.

A autora Lewgoy (2010, p.152) considera que:

“compreender os novos desafios requer análise da produção da questão social na cena contemporânea, envolve decifrar, no cotidiano, as contradições, as singularidades e as dimensões universais e particulares projetadas pela visão macroscópica sobre a questão social”. (LEWGOY, 2010, p.152)

Em sua tese de doutorado, Nalin (2013) considera que:

“Ser assistente social é se apropriar de um mundo que trata com indiferença a opressão e a exploração. É estar atento ao sujeito singular que chega, trazendo em sua história de vida marcas das expressões da questão social. É poder avançar, ainda em um cotidiano perverso e excludente, ir além do aparente, superar o objeto desvendado através de uma postura ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa voltada à garantia de direitos. É não se conformar ou naturalizar os acontecimentos do cotidiano” (NALIN, 2013, p.176).

Portanto, constata-se que para compreender as expressões da questão social é necessária a investigação da realidade, compreensão das contradições, análise das singularidades e particularidades dos sujeitos que são afetados por essas expressões, pois com isso será obtida a contemplação dos direitos sociais.

São muitos os desafios que o profissional encontra no exercício da sua profissão, por isso a necessidade de sempre estar amparado pelos três eixos: o ético-político, o teórico-metodológico e o técnico-operativo.

Na dimensão técnico-operativa temos a instrumentalidade, a qual é muito importante no fazer do exercício profissional do assistente social.

Lewgoy (2010) conceitua instrumentalidade como:

“a capacidade que o Serviço Social tem adquirido na sua trajetória histórica de responder às demandas da sociedade, às requisições socioinstitucionais e às finalidades profissionais”. A autora traz ainda que a instrumentalidade

envolve o campo das técnicas, dos conhecimentos e das habilidades.”  
(LEWGOY, 2010, p.169)

A instrumentalidade envolve uma intencionalidade para se chegar numa finalidade, ou seja, com base em todos os instrumentais técnico-operativos se consegue alcançar o objetivo final no trabalho do assistente social visando à garantia dos direitos dos usuários, no caso da política habitacional isso se dá através do acesso a moradia.

Lewgoy (2010, p.183) também menciona sobre “as habilidades técnico-operativas as quais fazem parte das atividades cotidianas do trabalho profissional, tendo como eixo norteador a investigação, a informação e o esclarecimento, visando a democratização das informações”. Por isso, ressalta-se mais uma vez o quanto é fundamental e importante o acesso às informações, o que confirma a relevância social do projeto de intervenção executado durante o Estágio II.

Sabe-se que o Serviço Social é uma profissão interventiva, a qual está sempre diante de novos desafios, e para enfrentá-los o assistente social precisa estar sempre munido de todos os instrumentais, dentre eles destaco a escuta sensível e o olhar crítico que permite desmitificar algumas visões errôneas da profissão, como por exemplo, a ideia que se tem de que o assistente social é aquele que resolverá tudo, que dará conta de todas as questões não solucionadas, sem considerar todos os limites que as políticas sociais possuem, como questões burocráticas, questões de falta de recursos, dentre outros.

O assistente social precisa aliar a teoria e a prática, ou seja, utilizar-se da práxis conectada ao seu cotidiano de trabalho, através de todos os processos de trabalhos. Na política habitacional isto também se faz presente no momento em que são feitas as entrevistas, por exemplo, em que o profissional alia a teoria com a prática, para que possa desvelar além do que os entrevistados estão lhe relatando.

Precisamos estar atentos a realidade, não somente percebendo o que os sentidos nos permitem perceber, a razão deve nos instigar a ver além, além do que aceitamos ver, sabendo que nem tudo que parece é o que realmente é, para isso o profissional pode se utilizar da investigação, do método dialético, rompendo com a ideia da aparência, e buscando ver os acontecimentos na sua essência.

É necessário que o assistente social esteja revendo constantemente seus conceitos, repensando suas atitudes diante dos desafios, obstáculos e

possibilidades que vão surgindo, para que consiga garantir o acesso de todos aos direitos, à cidadania e às políticas públicas de qualidade.

O Serviço Social possui uma especificidade, o que singulariza o profissional, e esta especificidade está ligada a intencionalidade. Faleiros coloca que no início a profissão de assistente social tinha uma perspectiva funcionalista, de adequar o indivíduo, onde os profissionais eram meros executores de políticas sociais, sem se questionarem, apenas mantendo a ordem do capital.

Na contemporaneidade, ampliamos nosso direcionamento profissional, utilizando-se de táticas, estratégias, fazendo mediações, construindo nossos processos de trabalho, agindo na sociedade de maneira competente, transformadora, sem o metodologismo, onde se faz e não se pensa, não se recria, não se refletem as ações.

Com relação ainda aos limites do trabalho do assistente social na política habitacional cabe salientar que o exercício da profissão torna-se desafiador. A medida em que a atuação do profissional na contemporaneidade requer que o mesmo seja propositivo e articulador, devendo estar atento as transformações, observando a realidade para poder intervir nela.

A observação deve ser feita através do olhar crítico para que se consiga uma visão macro da realidade, e também se utilizara escuta sensível, a qual permitirá obter informações que os usuários trazem, mas que muitas vezes passam despercebidas na escuta de outros profissionais.

Referente a escuta sensível, Sperotto (2009):

“permite identificar outras situações de vulnerabilidade que não são apresentadas inicialmente pelo usuário. Muitas vezes o usuário busca o serviço para superar uma situação de risco social e nem mesmo identifica que existe uma multiplicidade de questões que agravam as suas condições de vida” (SPEROTTO, 2009, p.34).

Na política habitacional os desafios são muitos, pois por ser uma política pública existe a burocracia, os entraves políticos, como por exemplo, a dificuldade de se realizar um trabalho intersetorial com as demais secretarias do município.

Para vencer esses desafios e limites impostos pelas instituições onde o profissional está inserido, é necessário que se utilize todo o arcabouço teórico que este profissional possui, pois só assim conseguirá efetivar as políticas sociais com maior êxito.

O projeto ético-político do assistente social objetiva ter um profissional comprometido com o seu fazer profissional, e estar sempre em aprimoramento, ou seja, em constante processo de qualificação, estudando, pesquisando, debatendo, pois as políticas sociais e a realidade estão sempre em movimento. Assim será possível efetivar a emancipação dos usuários destas políticas, criando nestes uma valorização, capacitando-os a mudar sua realidade para que se transformem em atores e autores de sua própria história.

O exercício profissional do assistente social na política habitacional requer uma atuação de forma investigativa, para que se supere o imediatismo e não se torne algo meramente burocrático, pois por muitas vezes o assistente social assume a identidade da empresa em que trabalha, o que dificultará a percepção dos usuários da identidade da profissão e do profissional, sendo que este estará somente servindo aos interesses da instituição.

O assistente social precisa ter a competência de propor possibilidades para que as instituições aprimorem seus projetos, visando qualificar o seu fazer profissional. Com isso, será possível ultrapassar as tarefas rotineiras da instituição e apropriar-se de estratégias e métodos transformando-os em processos de trabalho.

No caso específico da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Santa Maria existe o comprometimento ético por parte das assistentes sociais que trabalham no local, as quais atuam com direcionamento técnico não considerando o viés político-partidário que muitas vezes é imposto pelos gestores da política habitacional no município.

Uma crítica que é feita com relação a política habitacional no município é a de que é uma política paliativa, a qual não dá conta de solucionar a demanda da falta de moradia, pois existem os critérios para que os usuários possam ser contemplados, e isto torna a política seletiva.

A questão habitacional é uma forte expressão da questão social e para conseguir efetivar a política de habitação no município de Santa Maria é necessário estar sempre reformulando e repensando estratégias e formas de garantir o acesso a moradia aos que dela necessitam.

No caso de Santa Maria, em gestões anteriores não havia tanto investimento em habitação como ocorre atualmente, pois já foram entregues dois empreendimentos pelo PMCMV: o Residencial Videiras com 420 apartamentos e o Residencial Zilda Arns com 500 unidades habitacionais, o Residencial Dom Ivo

Lorscheiter com 578 unidades habitacionais está em fase de construção e o Residencial Leonel Brizola que terá 364 unidades habitacionais já está sendo projetado para o ano de 2015.

Os investimentos em Habitação através do PAC com unidades entregues pelo governo atual em Santa Maria-RS, conforme dados fornecidos pela Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária<sup>10</sup> são:

Loteamentos: Cipriano da Rocha com 543 unidades habitacionais, Lorenzi com 64 unidades habitacionais, Brenner com 386, das quais já foram entregues até a data de 20/05/2014 um total de 253 unidades habitacionais e Vila Ecologia com 09 unidades habitacionais.

Por isso ressalta-se que apesar dos desafios e limites a serem superados, não podemos esquecer o fato de que muitas famílias já foram beneficiadas com estes programas habitacionais e isso faz com que o trabalho se concretize e se efetive de forma satisfatória, pois não há nada mais gratificante do que ver o sorriso de um beneficiário ao receber a chave da sua casa própria.

No que se refere aos resultados obtidos através da execução do projeto de intervenção foram resultados satisfatórios. O monitoramento demonstrou que de 10 pessoas que foram atendidas na Secretaria, 7 haviam visto as informações referentes ao PMCMV nos locais em que foram afixados os cartazes, esta tabulação refere-se a primeira quinzena do mês de Julho. Posterior a estes atendimentos foram feitos outros monitoramentos ao longo dos meses de Agosto, Setembro e Outubro, porém durante este período não foram feitas muitas inscrições para o PMCMV, e também ocorreu o fato de que os cadastradores não solicitaram o preenchimento das fichas de monitoramento a todos os usuários que foram atendidos na Secretaria.

Numa outra amostragem, de um total de 32 fichas preenchidas pelos usuários, 12 tinham visto os cartazes que foram afixados nos locais em que foram divulgadas as informações referentes ao PMCMV, o local de maior visualização foi nos postos de saúde/ESF/UBS.

---

<sup>10</sup> Dados retirados do site da prefeitura de Santa Maria, RS, disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/habitacao/noticias/8393-relevancia-social-mais-familias-com-as-chaves-da-casa-propria-nas-maos> acesso em 29 out. 2014

Isso comprova que os locais escolhidos para afixar os cartazes foram locais de ampla visualização e que conseguiram alcançar o objetivo almejado, qual seja o de informar aos usuários da política habitacional sobre as informações do PMCMV.



## CONCLUSÃO

O projeto de intervenção foi de suma importância para o processo de aprendizagem, pois exigiu reflexão sobre a atuação do assistente social na política habitacional, exigiu maior leitura das possibilidades de intervenção profissional, e tudo isso contribuiu significativamente para a materialização da práxis no exercício das funções enquanto estagiária.

Buriolla (2003, p.45) considera que “o ensino-aprendizagem ao processar-se, envolve um tempo, envolve momentos, envolve o somatório de um conjunto de vivências em um processo de sucessões cumulativas que nem sempre são previsíveis.”

Concorda-se com a autora, pois o estágio supervisionado II possibilitou complementar a teoria com a prática, foi através do estágio que se tornou possível compreender melhor a profissão de Serviço Social e perceber que a mesma precisa ser constantemente reafirmada e atualizada, compreendendo que a dinâmica da realidade exige um profissional capacitado e preparado para enfrentar os desafios que lhes são impostos cotidianamente.

Durante a execução do projeto, foi possível constatar que superou-se uma barreira com relação a intersectorialidade com os demais serviços socioassistenciais, bem como as demais políticas sociais, pois nos locais de divulgação dos cartazes obteve-se a receptividade dos profissionais. Portanto, efetivou-se a integração da política habitacional com as demais políticas.

Enquanto o projeto era pensado e planejado o objetivo esperado era o de alcançar o maior número de pessoas possíveis, levando o acesso à informação para a população mais vulnerável.

Este objetivo foi pensado pelo fato de que muitos usuários não atualizavam as informações das suas inscrições, o que dificultaria o contato com estes usuários, caso fosse necessário comunicar-lhes que foram contemplados com as unidades habitacionais, e também objetivando a atualização dos critérios para que os mesmos participassem dos sorteios.

A etapa da execução do projeto foi bem satisfatória, considerando-se que na elaboração não foi possível prever os resultados, e posteriormente ao desenvolver o projeto pode-se perceber que a forma de divulgação escolhida obteve uma

receptividade que não tinha sido esperada. Os profissionais sempre eram solícitos, faziam perguntas e elogiavam a iniciativa de divulgação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Os resultados do projeto de intervenção foram positivos, porém salienta-se sempre é possível aprimorar e aperfeiçoar as ações. Durante a execução do projeto percebeu-se a necessidade de dar continuidade ao mesmo. Os profissionais da Secretaria ressaltaram que continuariam utilizando os cartazes para divulgar as informações referentes ao PMCMV, tendo em vista o impacto e a efetividade da política alcançado, possibilitando que os usuários percebam a política como um direito e não um favor.

Constatou-se que para uma política habitacional eficiente é necessário integrá-la às demais políticas, ou seja, deve-se ter uma maior abrangência, a fim de evitar que se tornem ações excludentes. No decorrer de todo o processo de realização dos estágios supervisionados esta foi uma questão recorrente. Houveram muitas reclamações no que se refere a falta de articulação com as demais políticas, principalmente as de educação, saúde e transporte.

Um dos maiores desafios encontrados foi a construção de equipamentos sociais junto aos empreendimentos habitacionais. Somente através de diálogos e reuniões com as demais secretarias foi possível vislumbrar alternativas para superar esses desafios.

Ao final de todo esse processo já se pode fazer a constatação de que a política habitacional em Santa Maria está a cada dia, pouco a pouco, sendo mais aprimorada e melhor articulada com as demais políticas sociais e serviços socioassistenciais o que resultará na concretização do acesso à moradia para além do direito a se ter uma moradia e sim o direito ao acesso à uma política habitacional integrada.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar**: guia para uma abordagem complexa. 2. ed. Porto Alegre: AGE, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Dos Direitos Sociais**: direito à moradia, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, Caderno n. 4. nov., 2004.

BRASIL. **Portaria Nº 595, de 18 Dezembro de 2013 do Ministério das Cidades**. Dispõe sobre os parâmetros de priorização e sobre o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão social e direitos. *In*: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Política Social**: fundamentos e histórias. São Paulo: Cortez, 2006.

BURIOLA, Marta F. **O Estágio Supervisionado**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

GONÇALVES, Maria. C. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. n. 03. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/NED/UNB, 2000.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **"A questão social no capitalismo"**. Revista Temporalis nº 3, ano III, jan-jun. de 2001, pp.09-32.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_.; SILVEIRA, Esalva Carvalho. A entrevista no processo de trabalho do Assistente Social. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 8, ano VI. dez. 2007.

MANNRICH, Nelson (org.) **Constituição Federal**. Porto Alegre: Revista dos Tribunais, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. Série Espaço & Debate. 3. ed. São Paulo: Atual Editora, 1997.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Perícia social: proposta de um percurso operativo. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 67, 2001.

\_\_\_\_\_. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: ABEPSS/ CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009. p. 497-512.

MOREIRA, Edison Marques. **Um olhar sobre a atual situação da política habitacional no Brasil**. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/index.php/indicadores>>. Acesso em: 15 maio 2014.

MOREIRA, M; ALVARENGA, R. O parecer social: um instrumento de viabilização de direitos (Relato de uma experiência). In: **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnico: Contribuição ao debate no Judiciário, no Penitenciário e na previdência Social**. CFESS, 4º Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NALIN, Nilene Maria. **O trabalho do assistente social na Política de Habitação de Interesse Social: o direito à moradia em debate**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013

NETTO, José P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. *In* MOTTA, Ana Elizabete. **Serviço social e saúde formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da 'questão social'. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, v. 2, n. 3, jan./jun. 2001, p. 41-49.

NOAL, Edinilson Bolson; JANCZURA, Rosane. A política nacional de habitação e a oferta de moradias. **Textos & Contextos**. v. 10, n. 1. Porto Alegre. jan./jul. 2011. p. 157 – 169.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 53. São Paulo: Cortez, 1997. p.80-101

SOUZA, Charles Toniolo. A prática do Assistente Social: conhecimento , instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, v. 08., 2008.

SPEROTTO, Neila. **Instrumentalidade do Serviço Social**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR-BA, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis**. Brasília: Graflin, n. 3, p. 33-40, jan./jul. 2001.

\_\_\_\_\_. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2007.

## APÊNDICE A

### Cartaz do Projeto de Intervenção



## Minha Casa Minha Vida

*Santa Maria - RS*

### DOCUMENTOS NECESSÁRIOS NA INSCRIÇÃO

1. Trazer o seu **CPF** e **RG**;
2. **Carteira de Trabalho** (PIS/PASEP);
3. Relatório atualizado- **SIBEC** e ou extrato de pagamento atual. (Bolsa Família );
4. Comprovante de **residência** com CEP;
5. Comprovante de **Renda**;
6. Certidão de **Nascimento dos filhos**;
7. **Título Eleitoral** e/ou comprovante escolar e/ou registro nas concessionárias, com inscrição que comprove três anos ou mais de residência;
8. Morador de área de risco, trazer **Certidão de Ocorrência da Defesa Civil** e cópia do documento;
9. **Pessoas com deficiência** – Apresentar **atestado médico** que comprove a espécie, grau ou nível da deficiência alegada e a Classificação Internacional de Doenças (CID). Levar cópia do documento;

Obs.: **Documentos originais** de toda a composição familiar, não é necessário cópia dos documentos.

### CRITÉRIOS NACIONAIS

1. Famílias residentes em **área de risco** ou **insalubres**;
2. Famílias com **mulheres responsáveis** pela unidade familiar;
3. Famílias de que façam parte **pessoas com deficiência**.

### CRITÉRIOS MUNICIPAIS

1. Famílias de que façam parte **filhos menores de 18 anos**;
2. Famílias de que façam parte **3 ou mais filhos** menores de 18 anos;
3. Titular deve ser **responsável familiar beneficiário** no Programa Bolsa Família.

Obs.: Só irá para sorteio quem possuir **peço menos um destes critérios e renda familiar** mensal inferior a **R\$1.600,00**.



### SECRETÁRIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Rua Venâncio Aires, 2277, 5º andar - Centro.  
Atendimento de Segunda à Sexta-feira, das 07h30min às 13h.  
Telefones: 55.3921.7139 | 55.3921.7173



[www.santamaria.rs.gov.br](http://www.santamaria.rs.gov.br)



## APÊNDICE B

### Ficha de monitoramento do Projeto de Intervenção

#### **Como você ficou sabendo do cadastramento e recadastramento do Programa Minha Casa, Minha Vida?**

Cartaz em Posto de Saúde/ESF/UBS     Cartaz em Escola     Cartaz no CREAS

Cartaz no CRAS                       Cartaz no Conselho Tutelar

Cartaz no CAPS                       Rádio

Jornal                                       Site da Prefeitura                       outros